



EDITAL

luz

FEBRE AFTOSA

Francisco Carmo Reis, Director-Geral de Veterinária, ao abrigo do disposto no artigo 4º do Decreto-Lei n.º 39.209, de 14 de Maio de 1953 (Diário do Governo, I série, n.º 100, conjugado com o disposto na Portaria n.º 124/92 e no Decreto-lei n.º 338/99, de 27 de Fevereiro de 1992 e 24 de Agosto de 1999 respectivamente, determina, para salvaguarda da situação da indemnidade do País face à Febre Aftosa, o seguinte:

1. - É proibida a introdução no território nacional de animais vivos, sémen, óvulos, embriões, couros, peles e carnes frescas das espécies bovina, suína, ovina, caprina e outros biungulados, bem assim como leite e produtos lácteos, com origem no Reino Unido, que não respeitem as disposições da Decisão da Comissão de 6 de Março de 2001 e relativa a determinadas medidas de protecção contra a Febre Aftosa no Reino Unido.
2. - As empresas e agentes económicos detentores das existências a que se refere o número anterior, que não respeitem as disposições da Decisão da Comissão de 6 de Março de 2001 e relativa a determinadas medidas de protecção contra a Febre Aftosa no Reino Unido, deverão declarar as quantidades de que dispõem e respectivos locais, no prazo de 24 horas, às seguintes Entidades:
 - Direcção-Geral de Veterinária: Animais, sémen, óvulos e embriões.
 - Direcção Geral de Fiscalização Controlo da Qualidade Alimentar - Restantes.
3. - As existências dos produtos e carnes detectadas no território nacional em incumprimento do disposto no ponto 1, serão de imediato apreendidas e destruídas.
4. - Os animais detectados no território nacional em incumprimento do disposto no ponto 1 serão abatidos e destruídos.
5. - Para além das medidas previstas no ponto 4 deste Edital é obrigatório a aplicação do disposto no artigo 4.º, 5.º e 6.º da Portaria n.º 124/92, de 27 de Fevereiro, sempre que se detectem animais em incumprimento do disposto no ponto 1.
6. - A existência, ou a suspeita de existência, de Febre Aftosa deve ser comunicada à Direcção-Geral de Veterinária.

351 213463518



Ministério da
Agricultura,
do Desenvolvimento
Rural e das Pescas

DGV
Direcção Geral
de Veterinária

7. - É proibido o transporte de animais das espécies sensíveis à Febre Aftosa.
8. - A proibição referida no ponto anterior não se aplica à circulação de animais das espécies sensíveis à Febre Aftosa da exploração de origem directamente para abate imediato em matadouro ou com destino a outra exploração, desde que devidamente autorizados pelas Autoridades Competentes.
9. - As autoridades competentes referidas no ponto anterior são a DGV no caso de trânsito intracomunitário e as Direcções Regionais de Agricultura tratando-se de trânsito interno.
10. - Na sequência da aplicação de medidas referidas no ponto anterior a circulação de animais no território português relativos ao trânsito interno faz-se a coberto de Guias Sanitárias de Trânsito emitidas pela Autoridade Competente.
11. - A Circulação referida no ponto 8 obedece às seguintes condições:
 - a) Durante o transporte os animais não podem contactar com animais pertencentes a outras explorações;
 - b) Os veículos usados no transporte dos animais são limpos e desinfectados depois de cada transporte, devendo fazer prova da desinfecção;
 - c) O transporte para outros Estados Membros dos animais referidos no ponto 8 só deva ser permitido depois de um aviso prévio efectuado 24 horas antes da partida da exploração de origem;
 - d) O aviso prévio referido na alínea anterior é efectuado pelos Serviços Veterinários Locais às Autoridades Veterinárias Centrais e Locais do Estado Membro de destino.
12. - Sempre que entrem em Portugal animais das espécies sensíveis à Febre Aftosa, quer oriundos da União Europeia ao abrigo do ponto 8, quer de países terceiros, os efectivos das explorações de destino deverão ser colocados em sequestro em conjunto com os animais antes referidos, a fim de se proceder ao controlo sorológico para diagnóstico da Febre Aftosa.
13. - O controlo sorológico referido no ponto anterior incidirá sobre 10% dos animais oriundos de Países Terceiros ou da União Europeia, com um mínimo de 30 amostras por lote.
14. - O aparecimento de animais com resultado positivo ao controlo sorológico implica o seu abate imediato e aplicação das medidas previstas na Portaria n.º 124/92, de 27 de Fevereiro, relativas à suspeita de Febre Aftosa.



Ministério da
Agricultura,
do Desenvolvimento
e do Ambiente

DGV
Direcção Geral
de Veterinária

15. — As Direcções Regionais de Agricultura poderão solicitar colaboração às Organizações de Produtores Pecuários (OPP'S) para a realização das acções referidas no ponto 11, ao abrigo do disposto no ponto 3 do artigo 3.º da Portaria n.º 356/2000, de 16 de Junho.
16. — A fiscalização e controlo do cumprimento das disposições deste Edital, incumbem, de acordo com a legislação em vigor à Direcção Geral de Veterinária, à Direcção Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar, às Direcções Regionais de Agricultura, aos Médicos Veterinários Municipais, bem como à Inspecção-Geral das Actividades Económicas e à Guarda Nacional Republicana.
17. — Aos transgressores das disposições deste Edital serão impostas as penalidades previstas no artigo 14º do Decreto-Lei n.º 39.209 e demais legislação aplicável.
18. — As medidas extraordinárias agora determinadas vigorarão até revogação por Edital a emitir pela Direcção Geral de Veterinária.
19. — Este Edital entra imediatamente em vigor, solicitando-se a colaboração de todas as Autoridades no seu integral e rigoroso cumprimento.
20. — São revogados os Editais de 22 e 28 de Fevereiro de 2001 e relativos à Febre Aftosa.

A Direcção Geral de Veterinária, Lisboa 07 de Março de 2001.

Director Geral

(Francisco Carmo Reis)

LUIS ANTÓNIO OLIVEIRA THEMUDO E MELO
 DIRECTOR DE SERVIÇOS DE
 CONTROLE VETERINÁRIO

1. Introduction into the national territory of Portugal of live animals of the bovine, porcine, ovine, caprine, or other ungulate species; and of the semen, ova, embryos, leathers, hides, or fresh meat of such species; and of milk and dairy products derived from such species is prohibited in cases where such products are of United Kingdom (UK) origin and do not meet the requirements established by the Decision of the Commission of March 6, 2001, regarding special protective measures against the foot-and-mouth disease currently prevalent in the UK.

2. Firms and other economic entities holding livestock and products listed in paragraph 1. above, which do not meet the requirements established by the Decision of the Commission of March 6, 2001, regarding special protective measures against the foot-and-mouth disease currently prevalent in the UK, must declare their holdings and locations of same, within 24 hours, to the following agencies:

- live animals, semen, ova, and embryos: Direcção-Geral de Veterinária (DGV);
- other products: Direcção-Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar.

3. Animal products found within the national territory and determined not to be in compliance with the requirements of the Decision of the Commission referred to above will be immediately confiscated and destroyed.

4. Live animals found within the national territory and determined not to be in compliance with the requirements of the Decision of the Commission referred to above will be slaughtered.

5. In addition to the measures stipulated in paragraph 4. above, application of the provisions of Artigos 4, 5, and 6 of Portaria No. 124/92 of February 27, 1992, is mandatory whenever animals found not to be in compliance with the requirements referred to in paragraph 1. above are discovered.

6. The existence, or suspected existence, of foot-and-mouth disease must be reported to the Direcção-Geral de Veterinária.

7. The transport of animal species sensitive to foot-and-mouth disease is prohibited.

8. The prohibition referred to in paragraph 7. above does not apply to movement of animal species sensitive to foot-and-mouth disease when such animals are transported from point of origin directly to a slaughterhouse or to some other location, provided such movement is duly authorized by the competent authorities.

9. The competent authorities referred to in paragraph 8. above are the DGV for *transport* within a region, and the Direcções Regionais de Agricultura for inter-regional *transport*.

10. The authorization referred to in the previous paragraph is obtained by applying for a *guia sanitária de trânsito*, issued by the competent authority.

11. The transport referred to in paragraph 8. above must comply with the following stipulations:

- a. During transport, the animals must not be permitted to come in contact with animals destined for other locations.
- b. Vehicles used for transport must be clean and disinfected after each use; proof of disinfection must be presented.

c. Transport of animals referred to in paragraph 8. above to other member-states of the European Union is permitted only after issuance of a notice at least 24 hours prior to departure from the point of origin.

d. The notice referred to in the previous paragraph is issued by the local veterinary services and forwarded to the central and local veterinary services of the member-state destination.

12. Whenever animal species sensitive to foot-and-mouth are transported into Portugal, whether from European Union member-states in accordance with the provisions of paragraph 8. above, or from third countries, animals at the locations of destination also must be placed in quarantine in order for serologic testing for foot-and mouth disease to be conducted.

13. The serologic tests referred to in the previous paragraph will be conducted on 10% of the animal lot, whether point of origin is a European Union member-state or a third country, with a minimum of 30 samples per lot.

14. Animals testing positive will be subject to immediate slaughter. The provisions of Portaria No. 124/92 of February 27, 1992, regarding suspicion of foot-and-mouth disease, will also apply.

15. The Direcções Regionais de Agricultura may request the collaboration of the Organizações de Produtores Pecuários in carrying out the actions referred to in paragraph 11. above, in accordance with the provisions of Ponto 3, Artigo 3, of Portaria No. 356/2000 of June 16, 2000.

16. As specified in legislation currently in force, supervision and monitoring of the fulfillment of the stipulations of this *edital* are the responsibility of the Direcção-Geral de Veterinária, the Direcção-Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar, the Direcções Regionais de Agricultura, the Médicos Veterinários Municipais, the Inspecção-Geral das Actividades Económicas, and the Guarda Nacional Republicana.

17. The penalties stipulated in Artigo 14 of Decreto-Lei No. 39/2009 and in other applicable legislation will be imposed on violators of the provisions of this *edital*.

18. The extraordinary measures stipulated herein will remain in force until revoked by *edital* issued by the Direcção-Geral de Veterinária.

19. This *edital* is effective immediately, and the collaboration of all competent authorities is requested for its rigorous and complete fulfillment.

20. The *editais* of February 22 and 28, 2001, regarding foot-and-mouth disease, are hereby revoked.



2

EDITAL

FEBRE AFTOSA

Francisco Carmo Reis, Director-Geral de Veterinária, ao abrigo do disposto no artigo 4º do Decreto-Lei n.º 39.209, de 14 de Maio de 1953 (Diário do Governo, 1 série, n.º 100, conjugado com o disposto na Portaria n.º 124/92 e no Decreto-Lei n.º 338/99, de 27 de Fevereiro de 1992 e 24 de Agosto de 1999 respectivamente, no sentido de clarificar os princípios do Edital de 7 de Março de 2001 e para salvaguarda da situação de indemnidade do País face à Febre Aftosa, determina o seguinte:

1. - Os pontos 8 e 10 do Edital de 7 de Março de 2001, passam a ter a seguinte redacção:
 - a) 8 – A proibição referida no ponto anterior não se aplica à circulação de animais das espécies sensíveis à Febre Aftosa da exploração de origem directamente para abate imediato em matadouro, com destino a outra exploração e para praça de touros, desde que devidamente autorizados pelas Autoridades Competentes.
 - b) 10 – A circulação de animais das espécies sensíveis, autorizadas ao abrigo do presente Edital, faz-se no cumprimento dos seguintes procedimentos:
 - a) Emissão de Guia Sanitária de Trânsito (Mod. 250/DGV);
 - b) Emissão de Guia de Trânsito para abate imediato (Mod. 249/DGV);
 - c) Os documentos referidos nas alíneas anteriores são emitidos pela Autoridade Sanitária Veterinária Regional ou Entidades delegadas por esta.
 - d) A Entidade que emitiu a Guia de Trânsito para abate imediato deve enviar de imediato cópia por fax para o Inspector Sanitário."
2. - Ficam suspensos durante o período de vigência deste Edital todas as anteriores delegações de competência para emissão de Guias de Trânsito.
3. - Aos transgressores das disposições deste Edital serão impostas as penalidades previstas no artigo 14º do Decreto-Lei n.º 39.209 e demais legislação aplicável.

16-Mar-2001 19:28

DGAC I

16/03 2001 13:08 FAX 351 213463518

DGV-DIR.GERAL

351 213463518

Nº.2618 P. 5/8

005



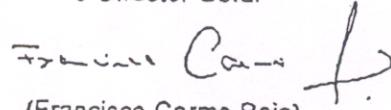
Ministério da
Agricultura,
do Desenvolvimento
Rural e das Pescas

DGV
Direcção Geral
de Veterinária

4. - As medidas extraordinárias agora determinadas vigorarão até revogação por Edital a emitir pela Direcção Geral de Veterinária.
5. - Este Edital entra imediatamente em vigor, solicitando-se a colaboração de todas as Autoridades no seu integral e rigoroso cumprimento.

A Direcção Geral de Veterinária, Lisboa 12 de Março de 2001.

O Director Geral


(Francisco Carmo Reis)

1. The points 8 and 10 of the March 7 *edital* should read as follows:
 8. The prohibition of the previous point does not apply to movement of animal species sensitive to foot-and-mouth disease when such animals are transported from point of origin directly to a slaughterhouse, to other destination and to bullfighting arena, provided such movement is duly authorized by the competent authorities.
 10. The transport of animal of the sensitive species authorized under the terms of the this *edital*, will be in compliance of the following measures:
 - a) Issuance of a sanitary transit permit (Mod. 250/DGV)
 - b) Issuance of transit permit to the slaughterhouse (Mod. 249/DGV)
 - c) The Regional Sanitary Veterinary Authority will issue the pertaining documents on the previous provisions or other entities authorized by them.
 - d) The entity, which issued the transit permit for immediate slaughter, should send immediately a copy by fax for the Sanitary Inspector.
2. It was suspended during the period of while this edital was enforced all previous competent delegations for the issuance of transit permit.
3. The penalties stipulated in Artigo 14 of Decreto-Lei No. 39/209 and in other applicable legislation will be imposed on violators of the provisions of this *edital*.
4. The extraordinary measures stipulated herein will remain in force until revoked by *edital* issued by the *Direccao-Geral de Veterinaria*.
5. This *edital* is effective immediately, and the collaboration of all competent authorities is requested for its rigorous and complete fulfillment.

351 213463518

3



Ministério da
Agricultura,
do Desenvolvimento
Rural e das Pescas

DGV
Direcção Geral
de Veterinária

EDITAL

FEBRE AFTOSA

Francisco Carmo Reis, Director-Geral de Veterinária, ao abrigo do disposto no artigo 4º do Decreto-Lei n.º 39.209, de 14 de Maio de 1953 (Diário do Governo, I série, n.º 100, conjugado com o disposto na Portaria n.º 124/92 e no Decreto-Lei n.º 338/99, de 27 de Fevereiro de 1992 e 24 de Agosto de 1999 respectivamente, determina, tendo em conta a preocupante situação epidemiológica da doença na Europa e para salvaguarda da indemnidade do País face à Febre Aftosa, o seguinte:

1. – As medidas em vigor, constantes nos Editais de 7 e 12 de Março de 2001, e relativas ao Reino Unido, são também aplicáveis à França.
2. – É proibida a introdução no território nacional de equídeos com origem no Reino Unido e França.
3. – É proibida a realização de touradas e consequentemente é revogada a parte do ponto 8 do Edital de 12 de Março de 2001, relativa à circulação de animais das espécies sensíveis para praça de touros.
4. – As transgressões das disposições deste Edital serão impostas as penalidades previstas no artigo 14º do Decreto-Lei n.º 39.209 e demais legislação aplicável.
5. – As medidas extraordinárias agora determinadas vigorarão até revogação por Edital a emitir pela Direcção Geral de Veterinária.
6. – Este Edital entra imediatamente em vigor, solicitando-se a colaboração de todas as Autoridades no seu integral e rigoroso cumprimento.

A Direcção Geral de Veterinária, Lisboa 13 de Março de 2001.

O Director Geral

(Francisco Carmo Reis)

1. the measures in effect, of the *editais* of 7 and 12 of March 2001, and pertaining to the United Kingdom, are also applicable to France.
2. It is forbidden the introduction in national territory of equidae from the United Kingdom and France.
3. It is forbidden bullfighting and consequently it is revoked the part of point 8 of edital of March 12, 2001, regarding the transportation of animals of the sensitive species for bullfighting arena.
4. The penalties stipulated in *Artigo 14* of *Decreto-lei No. 39/2009* and in other applicable legislation will be imposed on violators of the provisions of this *edital*.
5. The extraordinary measures stipulated herein will remain in force until revoked by *edital* issued by the *Direccao-Geral de Veterinaria*.
6. This *edital* is effective immediately, and the collaboration of all competent authorities is requested for its rigorous and complete fulfillment.



EDITAL

FEBRE AFTOSA (Aditamento ao Edital de 13 de Março de 2001)

Francisco do Carmo Reis, Director-Geral de Veterinária, ao abrigo do disposto no artigo 4º do Decreto-Lei nº 39209, de 14 de Maio de 1953 (Diário do Governo), I Série, nº 100, conjugando com o disposto na Portaria nº 124/92, de 27 de Fevereiro de 1992 e no Decreto Lei nº 338/99, de 24 de Agosto de 1999, considerando que a situação relativa à Febre Aftosa em determinados departamentos Franceses, face à colocação no mercado de animais e seus produtos, pode pôr em perigo o estatuto de indenidade do efectivo nacional, relativamente à Febre Aftosa e enquanto não forem clarificadas todas as suspeitas pendentes, determino:

1. É proibida a entrada em território português de animais vivos das espécies bovina, ovina, caprina e suína, bem como de outros biungulados e solipedes originários ou procedentes de todos os departamentos do território metropolitano de França.
2. É igualmente proibida a entrada em território português de produtos animais e de produtos de origem animal, das espécies a que se refere o número 1, originários ou procedentes de todos os departamentos do território metropolitano de França
3. Em derogação do disposto no nº 2, poderá ser permitida a entrada em Portugal de produtos transformados à base de carne, de leite e de produtos lácteos, originários ou procedentes do território continental Francês, desde que tratados de acordo com um dos métodos previstos na Decisão da Comissão nº 2001/208/CE, de 14 de Março, e acompanhados de um certificado emitido por um veterinário oficial do qual deverá constar a seguinte referência:

"Produto tratado nos termos da Decisão da Comissão nº 2001/208/CE, de 14 de Março, relativa a determinadas medidas de protecção contra a Febre Aftosa em França."

4. É revogado o ponto 1 do Edital desta Direcção Geral, de 13 de Março de 2001.

A Direcção Geral de Veterinária, Lisboa 14 de Março de 2001.

O Director Geral

Francisco Carmo Reis
(Francisco Carmo Reis)

1. It is forbidden the entry in portuguese territory of livestock of the species bovine, ovine, caprine and porcine, as well as others ungulate and solipedal species from all departments of the territory of France.
2. It is equally forbidden the entry in portuguese territory of animal products, as well as products of animal origin of the species referred to on nr. 1 from all departments of the territory of France.
3. In contravention of nr. 2, it could be authorized the entry in Portugal of transformed products derived from meat, milk or dairy products, imported from French territory, as long as they are treated in accordance with one of the methods foreseen in the Decision of the Commission nr. 2001/208/CE, of March 14th and accompanied by a certificate issued by an official veterinary, with the following references:

Product treated in the terms of the Decision of the Commission nr. 2001/208/CE, of March 14, regarding certain protection measure against foot-and-mouth disease in Portugal.

4. It is revoked point 1 of the *edital* of this *Direccao-Geral*, of March 13, 2001

The *Direccao Geral de Veterinaria*, Lisbon 14 of March of 2001